

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 5621/2021

1. DO OBJETO

- 1.1.** Aquisição, sob demanda, de MATERIAIS/INSUMOS PARA COMPOR O SERVIÇO DE UROLOGIA DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas na Requisição de Compras acostada aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
- 1.2.** Requisitante: Hospital Municipal Raul sertã;
- 1.3.** Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico via registro de preços com base na Lei 10.520/2002 c/c 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 1.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;
- 1.4.** Tipo: Menor preço por Lote, nos termos da Lei nº. 8.666/93;
- 1.5.** Prazo: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

CATMAT	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL.	U/C	QUANT.
		LOTE I - MATERIAL DE UROLOGIA		
428894	1	Sistema extrator tipo dormia para retirada de cálculo renal sem ponta de 1,9 à 2,4 FR com 90 cm à 120 cm de comprimento; Fabricado em nitinol, formato hemisférico, 04 fios, ótima força radial, manopla desmontável em polietileno, descartável e estéril.	Unid.	100

455944	2	Cateter ou Stent Duplo J – 4,7 22 a 30 cm ou 4,8 FR 22 a 30 cm – Biocompatível/Biodurável – Polímero – Tipo Percuflex, Livre de Poliuretano, resistente à compressão intrínseca e extrínseca, resistente a incrustação, radiopaco, revestimento tipo Hydroplus, descartável, estéril.	Unid.	300
452314	3	Fio Guia Hidrofílico em nitinol 0,035 / 150cm. Núcleo em nitinol, maior força de tração, resistente a curvaturas e totalmente hidrofílico, extremidade distal maleável e reta, com revestimento tipo hydropass, descartável e estéril.	Unid.	300
	4	Kit Nefrostomia (punção) com 01 cateter tipo Pigtail 12 FR, com torneira de 01 via, 01 agulha de punção de 12 GA com 2 partes, 01 Fio Guia PTFE ponta J diâmetro 0,035" x 80 cm, 02 dilatadores faciais radiopacos de 10 FR / 14 FR e 01 adaptador universal.	Unid.	30
469448	5	Bainha de acesso uretral para injeção e aspiração de fluídos e utilização de endoscópios e instrumentais, confeccionada em poliuretano revestido por camada hidrofílica por toda sua extensão e Hub de copolímero de estireno butadieno recoberto por elastômero 10-12FR, 45 cm.	Unid.	100
	6	Fibra óptica de sílica e DFLP que proporciona uma alta flexibilidade e resistência, desenvolvida para o uso holmium laser. Possui conectores SMA-905, com arco de metal que confere um foco preciso "BLACK HOLE". A fibra possui um comprimento de 3,5 mts e diâmetro 365 um. (A empresa vencedora deverá fornecer em comodato o equipamento gerador de laser e flexível).	Unid.	100
428880	7	Cesta articulável para retirada de cálculo descartável em nitinol, 4 fios, com controle deslizante de posicionamento e botão de articulação, 2.4 FR x 115 cm permite articular sua abertura para melhor posicionamento e retirada de fragmentos.	Unid.	100
345758	8	ÓTICA UROLÓGICA – Endoscópio rígido tipo HOPKINS, autoclavável, com ângulo de visão de 30°, diâmetro de 4 MM, comprimento de 30 cm, compatível com a marca KARL STORZ.	Unid.	1

406842	9	ELEMENTO DE TRABALHO – Elemento de trabalho de ressectoscópio monopolar com mecanismo de ação em mola com uso do polegar compatível com a marca KARL STORZ.	Unid.	1
<p>I - CIRURGIA COM URETERORRENOLITOTRIPSIA RÍGIDO: A EMPRESA VENCEDORA DO LOTE 01 DEVERÁ FORNECER, EM REGIME DE COMODATO, 01 (UM) APARELHO LITOTRITOR BALÍSTICO E 01 (UM) URETERORRENOSCÓPIO E PROBE PNEUMÁTICA PARA UTILIZAÇÃO DO REFERIDO SERVIÇO NO HMRS.</p> <p>II – CIRURGIA COM URETERORRENOLITOTRIPSIA FLEXÍVEL: A EMPRESA VENCEDORA DO LOTE 01 DEVERÁ FORNECER, EM REGIME DE COMODATO, 01 (UM) APARELHO URETERORRENOSCÓPIO FLEXÍVEL + GERADOR DE LASER (LITOTRITOR) + GERADOR DE LITOTRITOR BALÍSTICO + PROBE PNEUMÁTICA PARA UTILIZAÇÃO DO REFERIDO SERVIÇO NO HMRS.</p>				
		LOTE II – MATERIAL DE UROLOGIA		
	10	Extensão para irrigação artroscópica com até 4 (quatro) vias, confeccionadas em PVC flexível, com corta fluxo central e individual; Ponta introdutora para adaptação aos frascos e bolsas de soro; Clamps para interromper a irrigação; Dupla embalagem; esterilizado em óxido etileno.	Unid.	200
357867	11	Faca de sacks, compatível com ressectoscópio STORZ	Unid.	5
309737	12	Alça de RTU (ressecção) 24 FR, monopolar, compatível com a marca STORZ	Unid.	100
277826	13	Alça de RTU (coagulação) 24 FR, tipo Roller Ball, monopolar, compatível com a marca STORZ	Unid.	5
355485	14	Evacuador de ELLIK, fabricado em silicone, corpo anatômico totalmente maleável (maior sucção), filtro anti-retorno de material compatível com ressectoscópio da marca STRZ	Unid.	20
	15	Sistema de sling com abordagem trans-obturatória, para tratamento de incontinência urinária feminina. Nele deve conter, obrigatoriamente: Manopla ergonômica de inserção curvada, com dispositivo de acoplamento de tela, antimeria e esquerda; Tela de malha de polipropileno, com capa protetora que se encaixa ao dispositivo de acoplamento.	Unid.	26

* OS CÓDIGOS CATMAT APRESENTADOS NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA SÃO OS QUE MAIS SE APROXIMAM DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS SOLICITADOS PELO REQUISITANTE, DEVENDO, EM CASO DE DIVERGÊNCIA DAS INFORMAÇÕES, SEREM CONSIDERADAS AQUELAS DESCRITAS NO PRESENTE INSTRUMENTO.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O presente Termo de Referência visa a aquisição, sob demanda, de materiais/insumos para compor o serviço de urologia do Hospital Municipal Raul sertã pelo período de 12 (doze) meses.

3.2. Trata-se de aquisição de materiais a serem utilizados em procedimentos cirúrgicos de pacientes eletivos e/ou urgência na Unidade Hospitalar, os quais tiveram seus respectivos quantitativos devidamente justificados conforme informações abaixo:

3.2.1. LOTE 01

- ITEM 01 – SISTEMA EXTRATOR TIPO DORMIA PARA RETIRADA DE CÁLCULO RENAL: Utilizado para remoção de cálculo renal. A Unidade de saúde atende em média 08 (oito) pacientes por mês apresentando esse tipo de patologia.

- ITEM 02 – CATETER OU STEND DUPLO J/LONGA PERMANÊNCIA: É utilizado para prevenir ou aliviar um bloqueio no ureter. Após a cirurgia de retirada de pedras muito pequenas, fragmentos de pedras podem cair para dentro do ureter e bloqueá-lo, causando dor intensa e, ocasionalmente, infecção. O cateter permite que o ureter se dilate, o que facilita a passagem de pedras ou fragmentos de pedras. A Unidade atende em média 25 pacientes/mês, com necessidade de tal procedimento.

- ITEM 03 – FIO GUIA HIDROFÍLICO: Utilizados juntamente com os cateteres acima descritos, são responsáveis pelo direcionamento do cateter em uma localização anatômica desejada durante procedimentos de diagnósticos ou intervenção, facilitando a colocação do instrumento. As principais funções dos fios guia ureterais são obter acesso e navegar em tratos urinários tortuosos. Como são utilizados com os cateteres duplo J a Unidade necessita em igual quantidade, ou seja, 25 unidades/mês.

- ITEM 04 – KIT NEFROSTOMIA: É utilizado para drenar os rins quando ocorre a obstrução do trato urinário inferior (cálculo obstrutivo, tumores no ureter e pélvis). O quantitativo solicitado fora estimado para suprir a necessidade de 2 a 3 procedimentos por mês, totalizando em média 30 procedimentos/ano.

- ITEM 05 – BAINHA DE ACESSO URETRAL PARA INJEÇÃO E ASPIRAÇÃO DE FLUÍDOS E UTILIZAÇÃO DE ENDOSCÓPIOS E INSTRUMENTAIS: É utilizada 1 por procedimento. A Unidade realiza em média 08 cirurgias/mês que necessitam deste material, perfazendo uma média anual aproximada de 100 bainhas/ano para suprir a demanda de todas as cirurgias.
- ITEM 06 – FIBRA ÓPTICA DE SÍLICA E DFLP: É utilizada 1 por procedimento. A Unidade realiza em média 08 cirurgias/mês que necessitam deste material, perfazendo uma média anual aproximada de 100 bainhas/ano para suprir a demanda de todas as cirurgias.
- ITEM 07 – CESTA ARTICULÁVEL PARA RETIRADA DE CÁLCULO DESCARTÁVEL: É utilizada 1 por procedimento. A Unidade realiza em média 08 cirurgias/mês que necessitam deste material, perfazendo uma média anual aproximada de 100 bainhas/ano para suprir a demanda de todas as cirurgias.
- ITEM 08 – ÓTICA UROLÓGICA: trata-se de um instrumento cirúrgico concebido para iluminação e visualização de estruturas no interior das cavidades.
- ITEM 09 – ELEMENTO DE TRABALHO: Instrumento endoscópico que faz parte do material urológico utilizado nas ressecções transuretrais de próstata e bexiga, permite encaixe para cabo de alta frequência monopolar.

3.2.2. LOTE 02

- ITEM 01 - CAPA PROTETORA: Trata-se de um material composto de plástico maleável que permite a esterilização adequada, o que garante a proteção e higiene dentro do ambiente cirúrgico. É um material descartável, para uso único e, por esta razão, ajuda na proteção estéril dos cabos, câmeras de videocirurgia e fios de aparelhos médicos diversos. Deve ser embalado individualmente já esterilizada. O hospital utiliza 3 unidades de capas por procedimento. A Unidade realiza em média 28 cirurgias por mês que necessitam deste material, perfazendo uma média anual aproximada de 720 capas/ano para suprir a demanda de todas as cirurgias.
- ITEM 02 – EXTENSÃO PARA IRRIGAÇÃO ARTROSCÓPICA: São materiais indicados para prolongamento de manobrabilidade, por aumentar a extensão a do equipo para irrigação de soluções para artroscopia. A Unidade utiliza 2 unidades por procedimento, com média de 8 cirurgias por mês, perfazendo uma média anual de consumo aproximada de 200 unidades/ano para cobrir todas as cirurgias.

- ITEM 03 – FACA DE SACKS: Material indicado em procedimentos onde é necessária a uretrotomia, para dar início ao processo de ressecção. O quantitativo solicitado foi baseado na estimativa de realização de 05 procedimentos por ano, aproximadamente.
- ITEM 04 – ALÇA DE RTU (RESSECÇÃO): Material indicado para utilização em procedimentos de RTU de mioma intrauterino e em outros procedimentos endoscópicos, ocasião em que o médico cirurgião tem a necessidade de realizar um procedimento sem sangramento. A Unidade realiza aproximadamente 8 procedimentos por mês, totalizando uma média anual de 100 procedimentos ao ano.
- ITEM 05 – ALÇA DE RTU (COAGULAÇÃO): Trata-se de um material que cauteriza o tecido prostático após a ressecção para reduzir o sangramento. A Unidade realizada em média 05 procedimentos ao ano.
- ITEM 06 – EVACUADOR DE ELLIK: Material utilizado em procedimentos de ressecção de próstata e esvaziamento da bexiga. O quantitativo solicitado foi baseado no número aproximado de 1 a 2 procedimentos ao mês, totalizando aproximadamente 20 procedimentos ao ano.
- ITEM 07 – SISTEMA DE SLING COM ABORDAGEM TRANS-OBTURATÓRIA: Material utilizado no tratamento de incontinência urinária. A Unidade realiza em média 26 procedimentos ao ano.

3.3. A presente aquisição visa suprir a demanda do município pelo período de 12 (doze) meses e se dará pelo sistema de registro de preços. Há que ressaltar que o quantitativo total apresentado pela Unidade concerne a uma estimativa para cobrir seu consumo por este período; É certo que o sistema de registro de preços não vincula a obrigatoriedade do esgotamento da Ata registrada, mas tão somente a solicitação do quantitativo necessário e conveniente ao Requisitante, não havendo nesse sentido quaisquer prejuízos à Administração.

4. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1. A Contratada deverá proceder com a entrega do material, de acordo com a solicitação da Unidade Requisitante, no endereço e horários descritos abaixo:

* ALMOXARIFADO DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ: RUA GENERAL OSÓRIO, Nº 324, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, nos horários de 09h00min às 16h00min (respeitando o horário de almoço: 12h00 às 13h00min);

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega do material no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.2. A entrega deverá ser realizada no horário e local descritos no subitem 4.1 deste Termo de Referência.

5.3. A falta do material não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

5.4. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.5. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.5.1. Entregar os materiais contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.5.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os bens serão recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa decorrente da presente aquisição correrá por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos:

8.1.1 Elemento de despesa – 33.90.30-08;

8.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS;

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

8.2.1. Hospital Municipal Raul Sertã – 30001.10.302.0070.2.188;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

9. DA HABILITAÇÃO FISCAL

9.1. A empresa deverá apresentar os documentos abaixo:

9.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

9.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo ao domicílio ou sede da CONTRATADA pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

9.1.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União que abrange inclusive as Contribuições Sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

9.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

9.1.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

9.1.6. Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa à Seguridade Social (INSS), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores ou outra equivalente na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela empresa participante;

9.1.7. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

9.1.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (conforme Lei nº 12.440/11), ou pela Certidão Positiva Com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma do art. 642-A §2º da CLT.

10. DA LIQUIDAÇÃO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

- 11.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 11.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 11.1.3. FGTS;
- 11.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 11.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 11.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

11.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

11.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

12.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

12.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Caberá à Contratante:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

13.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

13.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

14.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de

garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 11.1.1 a 11.1.6.

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

14.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

14.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

14.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

14.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação.

14.8. Comunicar à Contratante no prazo mínimo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.9. Manter-se, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14.11. A CONTRATADA deverá apresentar os materiais com data de validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, na data da entrega na Unidade Requisitante. Na hipótese

de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela CONTRATANTE, poderá excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade dos produtos no período de validade.

14.12. A empresa vencedora do Lote 01 deverá fornecer, em regime de comodato, 01 (um) aparelho LITOTRITO BALÍSTICO e 01 (um) URETERORRENOSCÓPIO e PROBE PNEUMÁTICA para utilização do referido serviço no HMRS.

14.13. A empresa vencedora do Lote 01 deverá fornecer, ainda, em regime de comodato, 01 (um) aparelho URETERORRENOSCÓPIO FLEXÍVEL + GERADOR DE LASER (LITOTRITOR) + GERADOR DE LITOTRITOR BALÍSTICO + PROBE PNEUMÁTICA para utilização do referido serviço no HMRS.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração quanto a continuidade da contratação.

16. DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

16.2. Para acompanhamento e fiscalização do objeto ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
LEOPOLDINA DE FÁTIMA AZEVEDO REIS	201.836	FISCAL TITULAR
ANELISA VALLE WERNEK VIANA	062.390	FISCAL SUBSTITUTA
FERNANDA NEVES DA V. PACHECO	062.640	GESTORA TITULAR
CERES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA SUBSTITUTA

16.3. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do objeto.

16.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

17.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

-
- 17.1.2 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 17.1.3 - apresentar documentação falsa;
- 17.1.4 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 17.1.5 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.6 - não manter a proposta;
- 17.1.7 - cometer fraude fiscal;
- 17.1.8 - comportar-se de modo inidôneo;
- 17.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 17.3 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 17.3.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

17.3.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

17.3.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

17.3.4 - Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

17.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.6 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

17.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.8 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.9 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.10 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17.11 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. DA RESCISÃO

18.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

18.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de Referência elaborado por:

Fernanda Veiga Pacheco
Gestão de Processos e Contratos - SMS
Matrícula 062.640

Ratifico o presente Termo de Referência nos termos da Lei Federal 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137